



RTEP  
**REVISTA** ISSN: 2316-1493  
**TURISMO**  
**ESTUDOS & PRÁTICAS**

**O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SEUS PRINCIPAIS  
DESAFIOS PARA UMA PARTICIPAÇÃO EFETIVA NOS  
MECANISMOS DE GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL**

*COMMUNITY-BASED TOURISM AND ITS MAIN CHALLENGES FOR EFFECTIVE  
PARTICIPATION IN TERRITORIAL PUBLIC GOVERNANCE MECHANISMS*

Thiago Chagas de Almeida<sup>1</sup>  
Magnus Luiz Emmendoerfer<sup>2</sup>

**RESUMO:** O Turismo de Base Comunitária (TBC) é um modelo de turismo que tem princípios que estimulam a promoção do desenvolvimento local sustentável. Contudo, o alcance deles tem sido limitado pela falta de interação com outros atores territoriais, essencialmente os estatais, através da governança pública. A partir disso, este trabalho objetivou identificar os principais desafios para os representantes do TBC participarem efetivamente da governança pública territorial. A pesquisa foi feita por uma revisão integrativa da literatura, interpretando os dados pela técnica análise de conteúdo do tipo temática. Dessa forma, os principais desafios identificados foram: Encontrar mecanismos de governança abertos ao TBC; Engajar os atores do TBC a participarem; Superar a prevalência decisória do Estado; e Enfrentar os interesses meramente mercadológicos. Assim, esta pesquisa contribui na compreensão dos entraves para o TBC se inserir na governança pública territorial, que é uma lacuna teórica. Ademais, pode ajudar a pensar em ações melhorem essa inserção. **Palavras-chave:** Turismo de Base Comunitária; Governança Pública Territorial; Desenvolvimento Local Sustentável; Desenvolvimento Territorial; Desenvolvimento Sustentável.

<sup>1</sup> Graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC). <https://orcid.org/0000-0002-0928-4359>. E-mail: thiagoc-almeida@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Brasil, com pós-Doutorado em Administração Pública, Turismo e Empreendedorismo pelas Universidades do Minho, Algarve e Évora, Portugal e em Políticas Públicas pelas Universidades de Tilburg e Breda, Holanda. Professor no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) do Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2), Brasil. Coordenador Geral da Cátedra UNESCO em Economia Criativa e Políticas Públicas. <https://orcid.org/0000-0002-4264-8644>. E-mail: magnus@ufv.br

**Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP)**

v. 12, n. 1, jan./jun. 2023 (ISSN: 2316-1493)

<http://geplat.com/rtep/>



**ABSTRACT:** Community-Based Tourism (TBC) is a tourism model that has principles that encourage the promotion of sustainable local development. However, their reach has been limited by the lack of interaction with other territorial actors, essentially state ones, through public governance. From this, this work aimed to identify the main challenges for TBC representatives to effectively participate in territorial public governance. The research was carried out through an integrative literature review, interpreting the data by the thematic content analysis technique. Thus, the main challenges identified were: Finding governance mechanisms open to TBC; Engaging TBC actors to participate; Overcoming the decision-making prevalence of the State; and Facing purely market interests. Thus, this research contributes to the understanding of the barriers for TBC to be inserted in territorial public governance, which is a theoretical gap. In addition, it can help to think of actions to improve this insertion.

**Keywords:** Community-Based Tourism; Territorial Public Governance; Sustainable Local Development; Territorial Development; Sustainable Development.

## INTRODUÇÃO

O TBC é uma prática e modelo de gestão do turismo protagonizado pela população local (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016), tendo o intuito de estimular o desenvolvimento sustentável através das atividades de visitação (Pinheiro, 2016). Isso ocorre pelo TBC buscar: promover a autogestão comunitária; valorizar a cultura dos povos tradicionais; conscientizar sobre a importância de preservar o meio ambiente; e descentralizar os ganhos financeiros gerados pelo turismo (Almeida & Emmendoerfer, 2023; Burgos & Mertens, 2015; Graciano & Holanda, 2020).

Dessa forma, o TBC se apresenta como um modelo de turismo alternativo ao massificado e que pode reduzir seus impactos sociais negativos, por pautar princípios mais sustentáveis (Burgos & Mertens, 2015). Entretanto, factualmente, o alcance dos objetivos do TBC tem se mostrado uma tarefa bem difícil, por vários motivos – como a ausência de atos normativos que assegurem seus direitos, políticas públicas que atendam sua lógica de gestão, etc. (Barros & Leuzinger, 2020).

Em vista dessas e de outras dificuldades, muitos trabalhos – como o de Gómez Falcão, Castillo & Correia (2015), Graciano e Holanda (2020), Pereira, Salazar e Albuquerque (2020) e Villavicencio, Zamora e Pardo (2016) – têm indicado a necessidade do TBC interagir com outros atores territoriais, principalmente os governamentais. Nesse sentido, os mecanismos de governança pública territorial podem ser considerados como instrumentos essenciais para alavancar os potenciais do TBC. Os mecanismos de governança pública territorial são basicamente iniciativas, constituídas por múltiplos agentes, voltadas a gerir questões públicas de um determinado território (Dallabrida & Becker, 2003).

Segundo Pereira *et al.* (2020), o pouco espaço que o TBC tem para participar da governança pública impede, inclusive, a realização mais ampla de uma das suas propostas fundamentais, que é de dar protagonismo decisório à comunidade local. Estes autores indicam que o protagonismo decisório sem a atuação em espaços deliberativos, como os mecanismos de governança, fica sempre restrito. Entende-se, portanto, que por meio da governança o TBC teria uma maior capacidade de se fortalecer politicamente e unir esforços para realizar seus princípios.

Só que apesar de diversos trabalhos destacarem a importância desses mecanismos para o TBC, a literatura tem discutido pouco os percalços a serem



ultrapassados para seus atores participarem da governança (Graciano & Holanda, 2020). A partir dessa problemática, este trabalho traz o seguinte questionamento: *Quais os principais desafios a serem superados para os representantes do TBC participarem efetivamente dos mecanismos de governança pública territorial?*

A investigação desse questionamento ocorreu por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa, que realizou uma revisão integrativa da literatura com base nos portais *Web of Science* e *Scopus*. Já a análise dos dados se deu pela técnica análise de conteúdo temática, verificando, dos artigos que tratam do tema, os núcleos de sentido expressivos para o objetivo deste trabalho.

O presente estudo teve o objetivo de identificar os principais entraves para as iniciativas de TBC atuarem efetivamente dos mecanismos de governança pública territorial, considerando a atuação efetiva como influência na tomada de decisão. Assim, os resultados desta pesquisa contribuem teoricamente para compreender os obstáculos a serem superados para o TBC se inserir nos mecanismos de governança, que de acordo com Graciano e Holanda (2020) é um assunto que precisa ser mais discutido pela literatura. Destaca-se que a identificação desses entraves também pode ajudar a desenvolver ações práticas, no âmbito da administração pública, para inserir atores do TBC na governança territorial.

## **O TBC E SUAS INTERSEÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENDÓGENO E SUSTENTÁVEL**

O TBC é parte de um movimento crítico aos efeitos socioterritoriais negativos do turismo massificado (Araújo, 2011) – como a elevada especulação imobiliária, a ameaça à cultura local e à preservação ambiental. Esse movimento teve início na Europa no final do século XX, com a finalidade de se pensar em práticas de visitação mais justas e sustentáveis (Fabrino, 2013).

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2018), o TBC é um modelo de gestão do turismo que promove a vivência intercultural, estimula o uso adequado dos recursos naturais e pauta a geração de renda coletiva, dando um maior protagonismo à comunidade local. Braghini, Santos e Vieira (2020), de outra maneira, definem o TBC como “(...) uma forma de organização ou gestão da atividade turística, com o protagonismo das comunidades receptoras no fornecimento de produtos ou prestação de serviços turísticos” (p. 23).

Coriolano (2009), Fabrino, Costa e Nascimento (2012), Gómez *et al.* (2015), Graciano e Holanda (2020) e Maldonado (2009), também indicam o protagonismo comunitário na gestão do turismo como um traço do TBC. Além dessa característica, são elementos comuns das suas diferentes concepções: a colaboração e parceria comunitária; o enaltecimento da cultura local; a democratização das oportunidades e ganhos; e a autogestão do turismo (Ministério do Turismo [Mtur], 2010).

Dessa forma, observa-se que o TBC firma relações socioterritoriais pelas atividades de visitação, levando em conta, inclusive, o equilíbrio de diferentes fatores para o desenvolvimento endógeno e sustentável de um território. Fabrino *et al.* (2016) e Almeida e Emmendoerfer (2023) já haviam identificado o caráter endógeno do TBC pelos seus princípios focarem nos interesses da população e potenciais do local. O TBC faz isso ao oferecer experiências de visitação com base nas características da própria comunidade, além de buscar ganhos financeiros que priorizam os atores sociais da região e não um pequeno grupo de investidores, que muitas vezes são externos (Almeida & Emmendoerfer, 2023; Zielinski, Jeong, Kim & Milanés, 2020).



Já no que tange a sua capacidade de estimular um desenvolvimento mais sustentável, ela se fundamenta pelo TBC propor equilibrar as dimensões territoriais: econômica, pela democratização dos benefícios financeiros oriundos do turismo; ambiental, por valorizar a conservação dos recursos naturais; e social, por promover práticas de visitação mais inclusivas e acessíveis a grande parte da população (Almeida & Emmendoerfer, 2023). Burgos e Mertens (2015), Gómez *et al.* (2015), Graciano e Holanda (2020), Maldonado (2009) e Pinheiro (2016) são outros autores que indicam esse caráter mais sustentável do TBC, comparado ao turismo massificado.

Só que apesar de todos esses seus potenciais para o desenvolvimento local sustentável, enquanto um desenvolvimento territorial endógeno e equilibrado, o TBC necessita da interação com outros atores e de um esforço coletivo mais direcionado para o atingimento pleno dos seus objetivos. Nesse sentido, a governança pública territorial se apresenta como um instrumento fundamental para realizar essa articulação.

Pereira *et al.* (2020) destacam que para o protagonismo comunitário, almejado pelo o TBC, ocorrer mais amplamente é preciso que seus representantes se insiram em espaços públicos deliberativos<sup>3</sup>. Além disso, seria muito difícil pensar na efetivação das outras propostas do TBC – como a geração de ganhos econômicos mais coletivos, o resgate da cultura local e a conscientização da preservação do meio ambiente através do turismo – sem um diálogo e tomada de decisão coletiva.

Diante disso, é importante discorrer sobre o que está sendo considerado como governança pública territorial, até para entender melhor os principais desafios enfrentados pelos representantes do TBC para participarem efetivamente desses espaços (identificados pela literatura). No próximo tópico, essa definição é delimitada.

## GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL

A governança é uma prática que existe desde os tempos mais remotos (Pires, Fuini, Figueiredo Filho & Mendes, 2018; Tribunal de Contas da União [TCU], 2014). Contudo, sua notoriedade enquanto um mecanismo de gestão ocorreu a partir de 1930, pelo uso no setor privado (Álvares, Giacometti & Gusso, 2008). A governança surgiu no âmbito corporativo com a pretensão dos gestores ouvirem e prestarem contas das suas ações aos acionistas e demais *stakeholders* (grupos de interesses) (Bovaird & Löffler, 2003; Teixeira & Gomes, 2019). Cabe destacar, que a governança corporativa foi se tornando cada vez mais essencial à medida que os proprietários das empresas foram deixando de ser os próprios gestores (Álvares *et al.*, 2008).

Já no setor público, a governança só apareceu de forma mais incisiva no final do século XX (TCU, 2014). Seu propósito inicial também era de ser uma prática de prestação de contas e discussão. Mas nesse caso, os gestores eram os servidores públicos e os acionistas, os próprios cidadãos (Teixeira & Gomes, 2019). Relacionado a isso, Bevir (2011) e Bovaird e Löffler (2003) indicam que a governança é um mecanismo primordial para a população participar das políticas públicas, em seus diferentes momentos.

Essa participação não é apenas algo bom a ser feito, de um ponto de vista democrático, como também é uma necessidade, pois apenas com a perspectiva dos cidadãos é possível compreender e solucionar certos problemas sociais (Lima &

<sup>3</sup> Para tanto, é fundamental a criação e o fortalecimento de atos normativos voltados a introduzir de modo contundente os atores comunitários, povos tradicionais e iniciativas do TBC nos mecanismos de governança pública territorial.



Ronconi, 2018). A partir disso, pode-se entender melhor o que é governança pública. A governança pública, para este trabalho, é a articulação dos atores governamentais com os não governamentais (como o mercado e a sociedade civil), a fim de discutir e/ou intervir em questões públicas (Hendriks, 2013; Lima & Ronconi, 2018).

Além dessa definição, deve-se enfatizar o que este artigo está considerando como governança pública territorial e explicar o porquê da utilização desse termo face ao TBC. Segundo Dallabrida e Becker (2003), a governança territorial são iniciativas compostas por diferentes atores sociais, econômicos ou institucionais, voltadas a gerir assuntos públicos de um território em específico. Para Torre e Beuret (2012), a governança territorial também é estabelecida por agentes distintos, tendo a capacidade de unir esforços em prol do desenvolvimento territorial.

A concepção de Le Galès (2014) enfatiza que a governança territorial ocasiona o confronto de interesses, sendo um instrumento voltado a lidar da melhor forma com os prós e contras de uma tomada de decisão coletiva. Logo, a governança territorial teria o intento de escancarar e compatibilizar diferentes objetivos relacionados a um território (Pires *et al.* 2018). A partir disso, entende-se que a governança pública territorial são mecanismos de discussão incumbidos de tomar decisões coletivas que impactarão em questões públicas de um determinado território.

Dentro desse conceito, é importante mencionar que a participação na governança pública territorial só é efetiva quando os seus membros influenciam, direta ou indiretamente, nas questões públicas de um território. Por isso, este trabalho analisou os desafios do TBC para esse tipo de participação, não para a mera presença de seus representantes em espaços deliberativos.

Dessa forma, os desafios para a atuação efetiva do TBC na governança pública territorial, que foram as categorias analíticas da revisão da literatura, são as dificuldades identificadas para os seus atores interferirem de algum modo nas questões públicas territoriais por esses mecanismos. Como dito anteriormente, compreender isso é fundamental para saber como o TBC pode unir esforços e alavancar o alcance dos seus princípios – que geram diversos benefícios para a perspectiva de desenvolvimento local sustentável (Almeida & Emmendoerfer, 2023; Burgos & Mertens, 2015; Gómez *et al.*, 2015; Graciano & Holanda, 2020; Maldonado, 2009; Pinheiro, 2016).

## METODOLOGIA

Esta pesquisa se classifica com exploratória qualitativa: exploratória, por pretender e partir da necessidade de deixar o tema investigado mais explícito, a fim de aprimorar suas concepções e estimular pesquisas futuras (Gil, 2007); e qualitativa, por se basear em uma abordagem que enxerga o objeto de estudo de modo particular, sem a necessidade de fazer generalizações (Flick, 2007).

Para a coleta dos dados, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, que segundo Snyder (2019) é um levantamento bibliográfico que visa sintetizar o que diferentes trabalhos têm a revelar sobre um assunto. Deve-se destacar, que as sínteses realizadas pela revisão integrativa não são simplesmente descritivas, mas, sobretudo analíticas, resultando em quadros referenciais que articulam ideias difusas (Snyder, 2019).

A revisão integrativa ocorreu nos portais *Web of Science e Scopus*. A pesquisa se direcionou aos artigos de dados abertos desses portais, não havendo restrição em relação ao periódico e ano de publicação dos trabalhos. Os termos de pesquisa utilizados foram: “*community-based tourism*” and “*governance*”; e “*community tourism*” and



“governance”. Os termos se voltaram aos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos, sendo escolhidos por serem condizentes ao tema estudado. Essa busca e coleta dos artigos aconteceram entre os dias 14/06/2022 e 24/06/2022. A Tabela 1 abaixo mostra o número de artigos encontrados em cada base por termos de pesquisa:

**Tabela 1 – Artigos Encontrados**

| Termos de pesquisa                         | Portais de Periódicos |        |
|--|-----------------------|--------|
|  | Web of Science        | Scopus |
| “community-based tourism” and “governance” | 25                    | 22     |
| “community tourism” and “governance”       | 6                     | 7      |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Levando em conta as repetições, foram encontrados 42 artigos e selecionados 39. Vale mencionar, que o turismo comunitário (em inglês, *community tourism*) foi utilizado como parte de um dos termos de pesquisa por muitos autores o considerarem como sinônimo de TBC, a exemplo de Coriolano (2009), Fabrino *et al.* (2012) e Maldonado (2009). Porém, Graciano e Holanda (2020) indicam que TBC e turismo comunitário seriam modalidades de turismo diferentes, por mais que ambos ocorram por uma imersão mais direta à cultura dos povos tradicionais.

Para estas autoras, eles seriam distintos pelo turismo comunitário ter uma gestão mais centralizada (como o massificado), ao passo que o TBC ocorre através da autogestão. Por conta dessas incompatibilidades conceituais, este trabalho analisou estudos que utilizaram qualquer uma dessas duas expressões, desde que ressaltando o princípio do protagonismo e da autogestão comunitária.

No que tange a interpretação dos dados, ela foi realizada através da técnica análise de conteúdo do tipo temática. Conforme Bardin (2018), essa técnica apura, da fonte dos dados, os elementos semânticos relevantes para a investigação. Tais elementos foram sistematizados por códigos e categorias. Os códigos são as partes dos artigos que indicam os desafios para o TBC atuar efetivamente nos mecanismos de governança. Já as categorias, consistem em um conjunto de códigos com os mesmos significados em relação aos desafios. Pondera-se que as categorias foram definidas durante a análise dos dados, não sendo estabelecidas *a priori*.

A Tabela 2 mostra o roteiro com os procedimentos básicos desta revisão integrativa da literatura, incluindo as ações de coleta e análise dos dados:

**Tabela 2 – Roteiro da Revisão Integrativa**

| Procedimentos  |   |
|----------------|---|
| 1 <sup>a</sup> | O primeiro procedimento foi a definição do escopo dos artigos a serem selecionados. A partir do objetivo geral desta pesquisa, delimitou-se que os textos deveriam tratar, pelo menos, das relações entre o TBC e a governança.   |
| 2 <sup>a</sup> | Após a definição do escopo dos trabalhos a serem investigados, escolheu-se os termos de pesquisa: “community-based tourism” and “governance”; e “community tourism” and “governance”. Ressalta-se que a escolha desses termos partiu de testes nas plataformas <i>Web of Science</i> e <i>Scopus</i> , verificando a variação entre palavras sinônimas (como o <i>community tourism</i> ) e escritas em diferentes idiomas. Esta etapa encontrou 42 artigos, tendo alguns se repetido nos resultados das pesquisas. |
| 3 <sup>a</sup> | A terceira etapa foi a leitura dos resumos de todos os artigos encontrados. Com essa leitura, foram selecionados para a análise 39 trabalhos, excluindo os incompatíveis como o tema.   |



4ª Depois disso, houve a leitura completa dos textos, a fim de captar seus códigos – que são colocações relacionadas às pretensões desta pesquisa. Destaca-se que nem todos os artigos selecionados emergiram códigos analíticos.

5ª Por fim, os dados foram categorizados, pelo agrupamento dos códigos que apresentaram significados comuns.

Fonte: Elaborada pelos autores.

## APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este tópico se dedica a apresentar e discutir os resultados da revisão integrativa da literatura. Nesse sentido, vale listar os 39 artigos analisados, sendo eles dispostos na Tabela 3 em ordem cronológica decrescente:

**Tabela 3 - Trabalhos analisados na revisão da literatura**

|  |   |  |
|--|---|--|
| Arratia, Castrejón, Ruíz e Barquín (2022)        | Farinha <i>et al.</i> (2021)                                  | Faxina, Freitas e Trevizan (2021)                    |
| Giampiccoli e Glassom (2021)                     | Kirylyuk, Glińska, Ryciuk, Vierikko e Rollnik-Sadowska (2021) | Mtapuri, Giampiccoli e Jugmohan (2021)               |
| Rasmussen (2021)                                 | Wikantiyoso <i>et al.</i> (2021)                              | Espeso-Molinero e Pastor-Alfonso (2020)              |
| Giampiccoli, Mtapuri e Dluzewska (2020)          | Hassan, Kennell e Chaperon (2020)                             | Jaramillo-Moreno <i>et al.</i> (2020)                |
| Lindström (2020)                                 | Mtapuri e Giampiccoli (2020a)                                 | Mtapuri e Giampiccoli (2020b)                        |
| Stoffelen, Adiyia, Vanneste e Kotze (2020)       | Sun, Yang e Jong (2020)                                       | Zielinski <i>et al.</i> (2020)                       |
| Alrwajfah, Almeida-Garcia e Cortes-Macias (2019) | Cuc (2019)  | Hong e Saizen (2019)                                 |
| Khalid, Ahmad, Ramayah, Hwang e Kim, (2019)      | Villavicencio e Pardo (2019)                                  | Manaf, Purbasari, Damayanti, Aprilia e Astuti (2018) |
| Meini, Di Felice e Petrella (2018)               | Schnegg e Kiaka (2018)  | Novelli, Klatte e Dolezal (2017)                     |
| Ruiz-Ballesteros (2017)                          | Corrigan <i>et al.</i> (2016)                                 | Cruz, Albrecht e Briones (2016)                      |
| Dangi e Jamal (2016)                             | Wang, Cater e Low (2016)                                      | Malek e Costa (2015)                                 |
| Silva (2015)                                     | Giampiccoli e Mtapuri (2014)                                  | Slocum e Everett (2014)                              |
| Ruiz-Ballesteros e Brondizio (2013)              | Hernández-Ramírez e Ruiz-Ballesteros (2011)                   | Daconto e Sherpa (2010)                              |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nos subtópicos a seguir, as categorias, que representam os principais obstáculos a serem superados para os representantes do TBC participarem efetivamente da governança pública territorial, são discutidas individualmente pela menção de alguns de seus códigos. Já o último subtópico, traz o *framework* (quadro referencial) que sintetiza os achados desta pesquisa.

### Encontrar mecanismos de governança abertos ao TBC

Esta categoria indica que, antes de tudo, o TBC precisa encontrar espaços abertos para os seus representantes participarem da governança pública territorial, o que não tem sido algo muito comum. Graciano e Holanda (2020), Pereira *et al.* (2020), citados no referencial teórico, já haviam identificado que o TBC precisa se inserir mais nos



mecanismos de governança, para interagir com outros atores territoriais e consequentemente, ter mais capacidade de alcançar seus objetivos. Na revisão da literatura, esse desafio e necessidade básica também ficaram evidentes.

Segundo Khalid *et al.* (2019), o TBC deve ser mais envolvido nos processos de tomada de decisão voltados ao turismo, principalmente para levantar pautas de práticas de visitação mais sustentáveis. A partir de um estudo de caso em Floreana (na Ilha dos Galápagos), Ruiz-Ballesteros e Brondizio (2013) defenderam a necessidade de se pensar em um sistema de governança que inclua o TBC em ações coletivas, tanto em um nível local, como regional.

Arratia *et al.* (2022), Dangi e Jamal (2016), Espeso-Molinero e Pastor-Alfonso (2020), Manaf *et al.* (2018) e Mtapuri e Giampiccoli (2020a), são outros trabalhos que entendem que os agentes comunitários precisam participar do planejamento do turismo nos territórios, porque ele não pode ocorrer de forma dissociada à experiência da população local que é impactada e exerce atividades de visitação. Portanto, observa-se que a existência de espaços abertos aos atores do TBC tem sido um desafio seminal para a sua inclusão efetiva na governança pública territorial.

### **Engajar os atores do TBC a participarem da governança**

Os dados também revelaram que um dos principais desafios é engajar os representantes do TBC a participarem dos instrumentos governança pública, tendo em vista a desconfiança que muitos comunitários têm com a efetividade deles. O estudo de Sun *et al.* (2020), por exemplo, mostrou que o descumprimento das deliberações coletivas dos mecanismos de governança tem reduzido significativamente o interesse das iniciativas de TBC em fazer parte desses espaços.

A pesquisa de Giampiccoli e Glassom (2021), em um contexto sul-africano, identificou entraves similares, ao observar que a geração de benefícios divergentes ao TBC gerou uma certa desconfiança na comunidade local em relação às práticas de governança. Nesse sentido, Daconto e Sherpa (2010) e Kiryluk *et al.* (2021) ressaltam que, para diferentes atores territoriais participarem da governança pública, é importante que o poder público desenvolva estratégias que os engajem, a ponto de todos eles se sentirem envolvidos e parte do processo decisório.

Farinha *et al.* (2021) e Schnegg e Kiaka (2018) trazem que um elemento fundamental para engajar os empreendimentos comunitários a participarem da governança do turismo é fazer com que eles percebam que seus interesses serão considerados e sejam de fato. Com isso, verifica-se que a mera existência de mecanismos de governança não garante a presença do TBC neles, pois seus atores precisam, sobretudo, estarem motivados a participar. Logo, indica-se que é essencial superar esse entrave – que se mostrou bem recorrente – para uma atuação efetiva do TBC.

### **Superar a prevalência decisória do Estado na governança**

A terceira categoria indica o desafio de superar a prevalência decisória do Estado, por conta dos estudos mostrarem que este ator muitas vezes é quem tem a palavra final nas ações direcionadas ao desenvolvimento territorial pelo turismo. Assim, ao confrontar com os interesses premeditados do poder público, as reivindicações do TBC podem ser praticamente nulas nos mecanismos de governança.

A pesquisa de Hassan *et al.* (2020), em Bangladesh, identificou um tipo de governança *top-down* (de cima para baixo), em que governo teria um poder decisório e





de intervenção bem maior que o dos outros membros. Os estudos de Cuc (2019), Meini *et al.* (2018) e Silva (2015) também evidenciaram a fraqueza política do TBC na governança pública territorial, tendo as suas pretensões, de caráter mais sustentável, negligenciadas.

Segundo Cruz *et al.* (2016), para haver governança territorial é necessário que existam estruturas decisórias descentralizadas, com a intervenção direta dos atores locais, o que não aconteceu no caso investigado – no Parque Nacional El Chico (México). Dessa forma, entende-se que o estabelecimento de mecanismos de governança horizontais, não hierarquizados pelo Estado, é um desafio para a participação efetiva dos representantes do TBC e até outros grupos sociais.

### **Enfrentar os interesses meramente mercadológicos na governança**

Por fim, esta revisão da literatura identificou o desafio de enfrentar os interesses meramente mercadológicos, que muitas vezes é o predominante na governança pública territorial, seja pela representação ou até o poder decisório dos indivíduos e instituições que os defendem. Tais interesses são convergentes com a lógica de um turismo massificado. Porém, conforme foi visto no referencial teórico, são bem incompatíveis ao TBC. O trabalho de Villavicencio e Pardo (2019) destaca esse obstáculo para o TBC conseguir defender seus princípios em ambientes de deliberação coletiva.

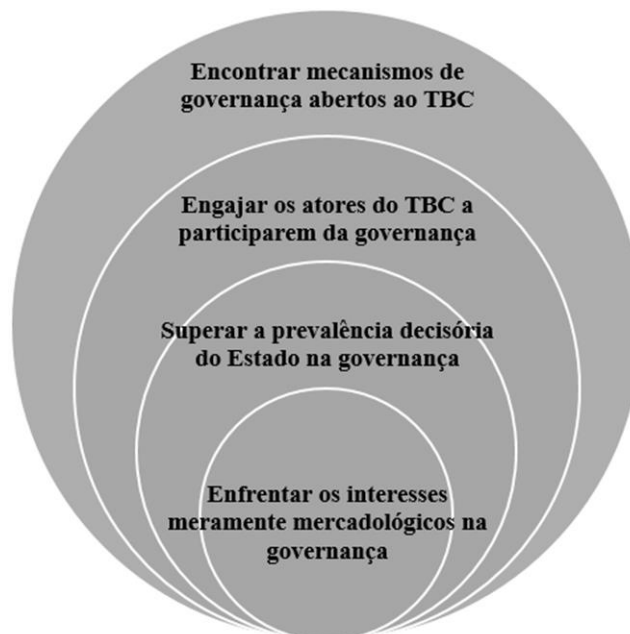
De acordo com estes autores, os representantes comunitários do turismo precisam impor limites à mercantilização do seu patrimônio cultural e ambiental, que constantemente sofrem pressões de propostas focadas apenas em ganhos econômicos. As pesquisas de Rasmussen (2021) e Slocum e Everett (2014) também mostraram que o intento comercial tem sido o predominante na governança pública territorial.

Lindström (2020) e Wang *et al.* (2016) ressaltam que a governança pública precisa ter uma visão holística dos efeitos das suas decisões, não devendo ser produzida de forma vertical, mas com a participação direta de atores comunitários. Assim, a governança conseguiria promover práticas mais sustentáveis (atreladas ao TBC), por mais que isso seja algo desafiador pelos interesses individuais divergentes de seus outros participantes (Lindström, 2020).

### **Framework**

A partir dos dados emergidos na revisão integrativa da literatura, elaborou-se um *framework*, que representa os principais obstáculos a serem superados para as iniciativas do TBC atuarem efetivamente na governança pública territorial. A Figura 1 apresenta esses obstáculos pelas categorias já discutidas aqui e a relação entre elas:

**Figura 1 – Principais desafios para os representantes do TBC participarem efetivamente dos mecanismos de governança pública territorial**



Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se, pela Figura 1, que entre os obstáculos identificados há uma relação de amplitude. Isso porque, sem ultrapassar o mais amplo, o outro sequer consegue ser ultrapassado. A existência de mecanismos de governança abertos aos representantes do TBC é um requisito mínimo para os outros desafios. A superação da prevalência decisória do Estado e o enfrentamento dos interesses meramente mercadológicos na governança só acontecem se os atores do TBC estiverem engajados a participar. Finalmente, cabe dizer que os interesses exclusivamente mercadológicos (ou quaisquer outros unidimensionais) nem mesmo podem ser questionados se a decisão do poder público sempre prevalecer na governança territorial.

Outro destaque que deve ser feito é que esses desafios não devem ser interpretados como os únicos a serem superados para os representantes do TBC interferirem em questões públicas direcionadas a um determinado território pela governança. Mas apenas como os principais ou mais básicos, dentre os discutidos pela literatura analisada. A identificação deles, em sua totalidade ou isoladamente, vai depender muito do contexto investigado.

Ademais, é importante mencionar que as categorias do *framework* da Figura 1 também podem representar os obstáculos enfrentados por outros grupos sociais que defendem princípios de caráter sustentável e são excluídos ou têm um acesso restrito à governança pública territorial. Por conta de todos esses atributos, acredita-se que este trabalho é um bom ponto de partida para relacionar ideias, gerar reflexões e estimular estudos futuros sobre o tema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revelou que os principais desafios a serem superados para os atores do TBC atuarem efetivamente nos espaços de governança pública territorial são: Encontrar mecanismos de governança abertos ao TBC; Engajar os atores do TBC a



participarem da governança; Superar a prevalência decisória do Estado na governança; e Enfrentar os interesses meramente mercadológicos na governança. Conforme já mencionado, eles têm uma relação de amplitude, pelo problema primário impossibilitar a superação do secundário.

Obviamente, que os desafios identificados pelas categorias do *framework* da Figura 1 não devem ser vistos como universais. Em determinados casos, inclusive, pode ser que não existam obstáculos basilares e os representantes do TBC participem efetivamente da governança territorial. Além disso, apenas um ou outro, identificado ou não nesta pesquisa, pode ser evidenciado.

Por mais que essas categorias tratem de uma síntese analítica de diferentes estudos (não meramente descritiva), elas retratam somente os entraves vislumbrados por uma literatura específica, sendo isso uma limitação deste trabalho. Assim, sugere-se que estudos teóricos-empíricos sejam realizados com base no *framework* da Figura 1, a fim reforçar ou reformular situadamente suas considerações. Também é válido que novas pesquisas teóricas sejam feitas, aumentando a discussão e reflexão sobre o tema.

Nesse sentido, verifica-se que a investigação da problemática não se esgota aqui, até porque, os desafios para os agentes do TBC participarem efetivamente dos mecanismos de governança pública territorial podem ser analisados a partir das mais diversas nuances, como: pela distinta capacidade dos representantes estatais e do TBC em participar da governança territorial; pelas relações políticas e de poder que ocorrem cotidianamente nesses espaços; pelas condicionantes de participação associadas ao capital político, econômico, social e cultural de cada representante; etc.

Apesar das suas limitações, este trabalho traz contribuições relevantes para o campo da administração pública, com implicações tanto teóricas como práticas. Teoricamente, foi possível avançar no entendimento das dificuldades que o TBC enfrenta para se inserir nos mecanismos de governança pública, que segundo Graciano e Holanda (2020) é algo que a literatura precisa discutir e compreender mais.

Já como implicações práticas, os achados desta pesquisa podem ajudar o Estado a pensar e criar ações que envolvam efetivamente o TBC na governança pública – tendo em vista os benefícios que este modelo de visitação proporciona a uma proposta de desenvolvimento territorial endógeno e sustentável.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos: à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG - APQ-03195-22); ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq - Processos 404606/2021-0 e 404193/2022-6); e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES - Código de Financiamento 001).

## REFERÊNCIAS

Almeida, T. C., & Emmendoerfer, M. L. (2023). Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. *Revista De Turismo Contemporâneo*, 11(1), 1-21. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2023v11n1ID29163>

Alrwajfah, M. M., García, F. A., & Macías, R. C. (2019). Residents' perceptions and satisfaction toward tourism development: a case study of Petra region, Jordan. *Sustainability*, 11(7), 1-19. <https://doi.org/10.3390/su11071907>



Álvares, E., Giacometti, C., & Gusso, E. (2018). *Governança corporativa: um modelo brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.

Araújo, M. (2011). O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 22(2), 238-276. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i2p238-276>

Arratia, E. M., Castrejón, Y. D., Ruíz, A. E. J., & Barquín, R. C. S. (2022). Cooperativismo como una herramienta para el turismo de base comunitaria. La respuesta desde la literatura. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 20(1), 195-208. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2022.20.013>

Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. (2018). Lisboa, PT: Edições 70.

Barros, L. S. C., & Leuzinger, M. D. (2020). Turismo de base comunitária e os desafios para sua implementação em unidades de conservação. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas*, 8(2), 112-135. <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/38441>

Bevir, M. (2011). Governança democrática: uma genealogia. *Revista de Sociologia e Política*, 19(39), 103-114. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200008>

Bovaird, T., & Löffler, E. (2003) Evaluating the quality of public governance: indicators, models and methodologies. *International Review of Administrative Sciences*, 69(3), 313-328. <https://doi.org/10.1177/0020852303693002>

Braghini, C. R., Santos, T. C., & Vieira, L. V. L. (2020). Reflexões sobre o Turismo de Base Comunitária – TBC. In C. R. Braghini, C. S. Picanço, J. W. C. Vilar & L. V. L. Vieira (Orgs.), *Turismo de Base Comunitária: Reflexões e Práticas na Ilha Mem de Sá – Sergipe* (pp. 23-53). Aracajú, SE: Editora IFS.

Burgos, A., & Mertens, F. (2015). Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(1), 57-71. <http://dx.doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.004>

Coriolano, L. N. M. T. (2009). O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 277-287). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.

Corrigan, C., Bingham, H., Broome, N., P., Hay-Edie, T., Tabanao, G., & Kingston, N. (2016). Documenting local contributions to earth's biodiversity heritage: The global registry. *Parks*, 22(2), 55-68. <http://dx.doi.org/10.2305/IUCN.CH.2016.PARKS-22-2CC.en>

Cruz, E., Albrecht, H., & Briones, A. (2016). Collaborative networks and tourism management of peri-urban forests. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 11(2), 172-181. <https://doi.org/10.2495/sdp-v11-n2-172-181>

Cuc, T. T. (2019). From ha long bay to trang an landscape complex: Issues on tourism management at world heritage sites, Vietnam. *SPAFJA Journal*, 3, 1-13. <https://doi.org/10.26721/spafajournal.v3i0.607>



Daconto, G., & Sherpa, L. N. (2010). Applying Scenario Planning to Park and Tourism Management in Sagarmatha National Park, Khumbu, Nepal. *Mountain Research and Development*, 30(2), 103-112. <https://doi.org/10.1659/MRD-JOURNAL-D-09-00047.1>

Dallabrida, V. R., & Becker, D. F. (2003). Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em Questão*, 1(2), 73-97. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2003.2.73-97>

Dangi, T. B., & Jamal, T. (2016). An integrated approach to “sustainable community-based tourism”. *Sustainability*, 8(5), 1-32. <https://doi.org/10.3390/su8050475>

Espeso-Molinero, P., & Pastor-Alfonso, M. J. (2020). Governance, community resilience, and indigenous tourism in Nahá, Mexico. *Sustainability*, 12(15), 1-20. <https://doi.org/10.3390/su12155973>

Fabrino, N. H. (2013). *Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos* (Dissertação de Mestrado), Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Fabrino, N. H., Costa, H. A., & Nascimento, E. P. (2012). Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 5(3), 546-559. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2012.v5.6224>

Fabrino, N. H., Nascimento, E. P., & Costa, H. A. (2016). Turismo de Base Comunitária: Uma Reflexão sobre seus Conceitos e Práticas. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(3), 172-190. <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1178>

Farinha, F., Bienvenido-Huertas, D., Pinheiro, M. D., Silva, E. M. J., Lança, R., Oliveira, M. J., & Batista, R. (2021). Sustainable competitiveness of tourism in the algarve region. Critical stakeholders' perception of the supply sector. *Sustainability*, 13(11), 1-24. <https://doi.org/10.3390/su13116072>

Faxina, F., Freitas, L. B. A., & Trevizan, S. D. P. (2021). Sustentabilidade ambiental em comunidades de pescadores inseridas em destino turístico: o caso da Ilha Mem de Sá – Brasil. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 10(1), 1-21. <https://doi.org/10.3390/su13116072>

Flick, U. (2007). *Managing Quality in Qualitative Research*. London, UK: SAGE Publications Ltd.

Giampiccoli, A., & Glassom, D. (2021). Community-based tourism in protected areas benefits communities and conservation: a model. *Advances in Hospitality and Tourism Research*, 9(1), 106-131. <http://dx.doi.org/10.30519/ahtr.741805>

Giampiccoli, A., Mtapuri, O. (2014). The role of international cooperation in community-based tourism. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 5(4), 638-644. <http://dx.doi.org/10.5901/mjss.2014.v5n4p638>



Giampiccoli, A., Mtapuri, O., & Dłuzewska, A. (2020). Investigating the intersection between sustainable tourism and community-based tourism. *Tourism*, 68(4), 415-433. <http://dx.doi.org/10.37741/t.68.4.4>

Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas.

Gómez, C. P., Falcão, M., Castillo, L., & Correia, S. (2015). Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(5), 1213-1227. <http://dx.doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.082>

Graciano, P. F., & Holanda, L. A. (2020). Bibliometric analysis of scientific literature on community-based tourism from 2013 to 2018. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(1), 161-179. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1736>

Hassan, A., Kennell, J., & Chaperon, S. (2020). Rhetoric and Reality in Bangladesh: Elite Stakeholder Perceptions of the Implementation of Tourism Policy. *Tourism Recreation Research*, 45(3), 307-332. <https://doi.org/10.1080/02508281.2019.1703286>

Hendriks, F. (2013). Understanding good urban governance: essentials, shifts, and values. *Urban Affairs Review*, 50(4), 553-576. <https://doi.org/10.1177/1078087413511782>

Hernández-Ramírez, M., & Ruiz-Ballesteros, E. (2011). Etnogénesis como prática. Arqueología y turismo en el Pueblo Manta. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 6(2), 159-192. <http://dx.doi.org/10.11156/aibr.060203>

Hong, N. T., & Saizen, I. (2019). Forest Ecosystem Services and Local Communities: Towards a Possible Solution to Reduce Forest Dependence in Bach Ma National Park, Vietnam. *Human Ecology*, 47(3), 465-476. <https://doi.org/10.1007/s10745-019-00083-x>

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio]. (2018). *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes*. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Jaramillo-Moreno, B. C., Sánchez-Cueva, I. P., Tinizaray-Tituana, D. G., Narváez, J. C., Cabanilla-Vásquez, E. A., Torrecillas, M. J. M., & Rambaud, S. C. C. (2020). Diagnosis of Administrative and Financial Processes in Community-Based Tourism Enterprises in Ecuador. *Sustainability*, 12(17), 1-17. <https://doi.org/10.3390/su12177123>

Khalid, S., Ahmad, M. S., Ramayah, T., Hwang, J., & Kim, I. (2019). Community empowerment and sustainable tourism development: The mediating role of community support for tourism. *Sustainability*, 11(22), 1-14. <https://doi.org/10.3390/su11226248>

Kirylyuk, H., Glińska, E., Ryciuk, U., Vierikko, K., & Rollnik-Sadowska, E. (2021). Stakeholders engagement for solving mobility problems in touristic remote areas from the Baltic Sea Region. *PLoS ONE*, 16(6), 1-28. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0253166>

Le Galès, P. (2014). Gouvernance. In L. Boussaguet, S. Jacquot, P. Ravinet (Orgs.), *Dictionnaire des Politiques Publiques* (pp. 299-308). Paris, FR: Presses de Sciences Po.



Lima, J., & Ronconi, L. F. A. (2018). Coprodução de políticas públicas voltadas aos direitos da mulher: o caso do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis. *Revista dos Estudantes de Públicas*, 3(1), 8-28. <https://periodicos.unb.br/index.php/rep/article/view/23834>

Lindström, K. N. (2020). Ambivalence in the evolution of a community-based tourism sharing concept: a public governance approach. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 20(3), 302-315. <https://doi.org/10.1080/15022250.2020.1786455>

Maldonado, C. (2009). O Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Orgs.) *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25-44). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.

Malek, A., & Costa, C. (2015). Integrating Communities into Tourism Planning Through Social Innovation. *Tourism Planning and Development*, 12(3), 1-19. <https://doi.org/10.1080/21568316.2014.951125>

Manaf, A., Purbasari, N., Damayanti, M., Aprilia, N., & Astuti, W. (2018). Community-Based Rural Tourism in Inter-Organizational Collaboration: How Does It Work Sustainably? Lessons Learned from Nglanggeran Tourism Village, Gunungkidul Regency, Yogyakarta, Indonesia. *Sustainability*, 10(7), 1-18. <https://doi.org/10.3390/su10072142>

Meini, M., Felice, G., & Petrella, M. (2018). Geotourism Perspectives For Transhumance Routes. Analysis, Requalification And Virtual Tools For The Geoconservation Management Of The Drove Roads In Southern Italy. *Geosciences*, 8(10), 1-32. <http://dx.doi.org/10.3390/geosciences8100368>

Ministério do Turismo [Mtur]. (2010). *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília, DF: Ministério do Turismo – MTur.

Mtapuri, O., & Giampiccoli, A. (2020a). Beyond rural contexts: community-based tourism for a better life in the city. *Advances in Hospitality and Tourism Research*, 8(2), 419-439. <http://dx.doi.org/10.30519/ahtr.690184>

Mtapuri, O., & Giampiccoli, A. (2020b). Toward a model of just tourism: A proposal. *Social Sciences*, 9(4), 1-19. <https://doi.org/10.3390/socsci9040034>

Mtapuri, O., Giampiccoli, A., & Jugmohan, S. (2021). Impact of COVID-19 on small community-based tourism businesses: diversification of opportunities and threats in modern Africa. *Economic Annals-XXI*, 192(2), 177-187. <https://doi.org/10.21003/ea.V192-15>

Novelli, M., Klatter, N., & Dolezal, C. (2017). The ASEAN Community-based Tourism Standards: Looking Beyond Certification. *Tourism Planning and Development*, 14(2), 260-281. <https://doi.org/10.1080/21568316.2016.1243146>

Pereira, J. G. B., Salazar, V. S., & Albuquerque, M. C. F. (2020). Análise da governança em uma experiência de turismo de base comunitária: Aplicação Do Modelo MAG do TBC à



ADESCO. *Brazilian Journal of Development*, 6(11), 85908-85925.  
<https://doi.org/10.34117/bjdv6n11-130>

Pinheiro, R. C. S. (2016). Turismo de base comunitária como inovação social na gestão do turismo em espaços rurais. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, 10(19), 146-165.  
<https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/9576>

Pires, E. L. S., Fuini, L. L., Figueiredo Filho, W. B., & Mendes, E. L. (2018). A governança territorial revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação. *GEOgraphia*, 19(41), 24-38.  
<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i41.a13816>

Rasmussen, S. B. (2021). Presentación. *Cuadernos Europeos de Deusto*, (64), p. 19-22, 2021.

Ruiz-Ballesteros, E. (2017). Comunidad, bienes comunes y turismo en Floreana (Islas Galápagos). *Revista de Antropología Social*, 26(2), 333-354.  
<https://doi.org/10.5209/RASO.57609>

Ruiz-Ballesteros, E., & Brondizio, E. S. (2013). Building negotiated agreement: The emergence of community-based tourism in floreana (Galápagos Islands). *Human Organization*, 72(4), 323-335.  
<http://dx.doi.org/10.17730/humo.72.4.4767536442q23q31>

Schnegg, M., & Kiaka, R. D. (2018). Subsidized elephants: Community-based resource governance and environmental (in)justice in Namibia. *Geoforum*, 93(10), 105-115.  
<http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.05.010>

Silva, L. (2015). How ecotourism works at the community-level: the case of whale-watching in the Azores. *Current Issues in Tourism*, 18(3), 196-211.  
<https://doi.org/10.1080/13683500.2013.786027>

Slocum, S. L., & Everett, S. (2014). Industry, government, and community: power and leadership in a resource constrained DMO. *Tourism Review*, 69(1), 47-58.  
<https://doi.org/10.1108/TR-06-2013-0027>

Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104, 333-339.  
<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>

Stoffelen, A., Adiyia, B., Vanneste, D., & Kotze, N. (2020). Post-aprtheid local sustainable development through tourism: an analysis of policy perceptions among “responsible” tourism stakeholders around Pilanesberg National Park, South Africa. *Journal of Sustainable Tourism*, 28(3), 414-432. <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1679821>

Sun, J., Yang, Y., & Jong, A. (2020). A geographical approach to trust in tourism. *Tourism Geographies*, 22(4), 768-786. <http://dx.doi.org/10.1080/14616688.2019.1652337>

Teixeira, A. F., & Gomes, R. C. (2019). Governança pública: uma revisão conceitual. *Revista do Serviço Público*, 70(4), 519-550. <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3089>





Torre, A., & Beuret, J-E. (2012). *Proximités Territoriales. Construire la Gouvernance des Territoires, entre Conventions, Conflits et Concertations*. Paris, FR: Economica.

Tribunal de Contas da União [TCU]. (2014). *Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria*. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

Villavicencio, B. P., & Pardo, G. L. (2019). Relaciones del turismo de naturaleza, la comunalidad y la resiliencia en la Sierra Norte de Oaxaca, México. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 17(6), 1205-1216. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2019.17.083>

Villavicencio, B. P., Zamora, J. G., & Pardo, G. L. (2016). El Turismo Comunitario en la Sierra Norte de Oaxaca: Perspectiva desde las instituciones y la gobernanza en territorios indígenas. *El Periplo Sustentable*, (30), 6-37. [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-90362016000100006&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-90362016000100006&lng=es&nrm=iso)

Wang, C., Cater, C. I., & Low, T. (2016). Political Challenges in Community based Ecotourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 24(11), 1555-1568. <https://doi.org/10.1080/09669582.2015.1125908>

Wikantiyoso, R., Cahyaningsih, D. S., Sulaksono, A. G., Widayati, S., Poerwoningsih, D., & Triyosoputri E. (2021). Development of Sustainable Community-Based Tourism in Kampong Grangsil, Jambangan Village, Dampit District, Malang Regency. *International Review for Spatial Planning and Sustainable Development*, 9(1), 64-77. [https://doi.org/10.14246/irspsd.9.1\\_64](https://doi.org/10.14246/irspsd.9.1_64)

Zielinski, S., Jeong, Y., Kim, S., & Milanés, C. B. (2020). Why community-based tourism and rural tourism in developing and developed nations are treated differently? A review. *Sustainability*, 12(15), 5-18. <https://doi.org/10.3390/su12155938>

## Cronologia do Processo Editorial

*Editorial Process Chronology*

Recebido em: 22/12/2022

Aprovado em: 26/02/2023

Received in: December 22, 2022

Approved in: February 26, 2023